

Brasília, 12 de Agosto de 2019



### Gastos e eficiência no ensino superior

### Antonio Gois

A UFRJ, maior universidade federal do país, iniciou a semana passada sem saber se teria condições de pagar até o fim do mês despesas básicas de serviços como luz, água, gás, limpeza e vigilância. A reitora, Denise Pires de Carvalho, alertou que, a continuar assim, não haveria como garantir o pleno funcionamento da instituição. Foi mais um capítulo na agonia que vivem instituições federais de ensino superior desde que o MEC começou a repassar menos verbas destinadas a manutenção.

Esse movimento começou em 2014 e chegou ao seu ponto mais crítico neste ano, quando o ministro Abraham Weintraub — de início justificando a medida como punição à "balbúrdia" e depois alegando razões técnicas — anunciou o contingenciamento dessas verbas. Paralelo a isso, o governo apresentou uma proposta para as universidades federais, o Future-se.

O programa sinaliza para a facilitação de captação de recursos no setor privado e fala em aumento da eficiência. O Conselho Universitário da UFRJ, porém, já rejeitou a proposta, alegando, entre outros pontos, que não "aborda os problemas centrais de financiamento do ensino superior em um contexto de profundo desgaste para as

instituições federais submetidas a profunda instabilidade orçamentária"...

A disputa entre enfatizar mais a necessidade de aumentar os recursos ou a melhoria da eficiência do gasto público sempre esteve presente nos debates sobre o futuro das universidades federais. Em 2007, no segundo mandato do presidente Lula, o MEC tentou conciliar essas duas dimensões com o programa ReUni, que previa liberação de verbas para expansão de matrículas, com contrapartidas de aumento da eficiência. O programa surgiu num contexto bastante distinto do atual: estávamos num cenário econômico favorável, sob um governo disposto a aumentar o gasto público.

Olhando a expansão das matrículas, o ReUni foi um sucesso. A rede federal de ensino superior dobrou de 2007 para 2017, passando de 616 mil graduandos para 1,3 milhão. Junto de políticas específicas, como as cotas, esse movimento foi fundamental para aumentar o percentual de alunos de famílias de menor renda nas universidades públicas.

A parte que não funcionou a contento no ReUni foi a da eficiência. O programa previa a diminuição da evasão, a ampliação de cursos

noturnos e o aumento na relação de alunos por professor. No caso dos cursos noturnos, houve aumento em números absolutos, mas a proporção das matrículas à noite no total das federais variou muito pouco, de 26% para 30%. Esse percentual é de 41% nas estaduais e de 69% nas particulares.

O número de alunos por professor ficou também praticamente inalterado, em parte por causa de uma mudança na forma de cálculo desse indicador, feita depois do anúncio da meta.

E a evasão, provavelmente o maior foco de ineficiência no gasto público universitário, segue alta. Nas federais, cinco anos depois do ingresso, 43% dos alunos abandonam o curso em que se matricularam. Cabe a ressalva de que esse é um problema grave também no ensino superior privado, com taxas de desistência em cinco anos que chegam a 53%.

O debate sobre como melhorar a eficiência do gasto público é sempre necessário. Mas não será asfixiando as universidades federais pelo contingenciamento de recursos para despesas básicas como luz, água e segurança que vamos atingir esse objetivo.

# Diversidade cultural como estratégia de negócio e ensino

Nova Zelândia quer expandir a educação internacional e busca atrair mais alunos brasileiros para suas universidades

ANA PAULA BLOWER - Enviada especial

NOVA ZELÂNDIA- Do outro lado do globo e com 4,9 milhões de habitantes, a Nova Zelândia é um país insular que, por movimentos migratórios históricos e de incentivo do governo, tem a diversidade cultural em seu DNA. A característica é vista nas ruas e nas salas de aula.

Manter isso, atraindo alunos de todo o mundo, especialmente para a pesquisa, é uma estratégia econômica e educacional do governo que dá certo: quase metade dos alunos de PhD do país é composta por estrangeiros. Em 2017, foram 125 mil estudantes de fora; 4.807 de PhD.

O cientista carioca Matheus Vargas, 34 anos, é um exemplo disso. Ele se mudou há cinco para a Nova Zelândia, onde terminou a graduação e acaba de concluir o doutorado. Com apoio da universidade e da iniciativa privada, criou uma ferramenta de diagnóstico que identifica, a partir de uma gota de leite, quais as propriedades dele e se a vaca está em seu período fértil — uma alternativa aos métodos tradicionais.

O "milk on a disk" (leite em um disco) está sendo finalizado para ser comercializado a menos de US\$ 500.

— Meu projeto automatizou o processo e diminuiu o custo — diz ele, que atua ainda em um projeto de bitcoin e um app de traduções.

Até o ano passado, 102 brasileiros buscaram a Nova Zelândia para o doutorado em uma das oito universidades no país, todas entre as melhores do mundo. Lá, 48% dos pesquisadores de doutorado são estrangeiros, terceiro maior índice entre as nações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

percentual tem uma explicação. Em 2005, o governo adotou uma política que permite aos doutorandos internacionais pagar os mesmos valores que neozelandeses: uma média de 7 mil dólares neozelandeses por ano (cerca de R\$ 17,8 mil). O visto permite que o doutorando trabalhe em tempo integral, assim como seu cônjuge. E os filhos têm direito a escola pública. Ao fim, ele pode ficar mais três anos no país, trabalhando legalmente, podendo pedir residência permanente.

#### **AUMENTO**

Com as medidas, o número de doutorandos foi de 700 em 2005

para 4.500 em 2017. Agora, o governo busca atrair alunos de outros países, como o Brasil. Hoje, 50% dos estudantes internacionais são da Índia e da China.

É importante não sermos dependentes desses dois mercados.
Então, o Brasil nos dá diversidade
diz Lisa Futschek, diretora-geral da Edu-cation New Zealand, do Ministério da Educação.

A aproximação com o Brasil vem se dando de diversas formas, como parcerias com universidades como FGV, USP e Unicamp, para, por exemplo, facilitar a adesão ao Programa Institucional de Internacionalização da Capes.

A "educação internacional" é a quarta maior indústria de exportação e o segundo maior setor de exportação de serviços — o primeiro é o turismo. Além da economia, os programas de educação internacional têm o foco no "futuro".

— O cidadão do século XXI está confortável consigo mesmo e com esse tipo de ambiente, multicultural e diverso — diz Caroline Daley, próreitora de pós-graduação da University of Auckland.

A repórter viajou a convite do Ministério da Educação da Nova Zelândia

#### Bloco na rua

O monitoramento das adesões aos novos protestos contra cortes na educação animou organizadores dos atos marcados para esta terça (13). Além de professores e alunos, que estão deliberando o assunto em assembleias nos diretórios acadêmicos, a mobilização foi reforçada por artistas. Frases polêmicas ditas pelo presidente, como a homenagem Carlos Alberto Brilhante Ustra, serão exploradas. No Rio, cartazes vão opor a imagem do torturador à de Marielle Franco.

#### RELEMBRAR É VIVER

Os organizadores dos atos selecionaram imagens não só da vereadora assassinada por milicianos, mas também de outros nomes, como Zumbi dos Palmares e Chico Mendes. Bolsonaro chamou Ustra de "herói nacional". Ao lado da imagem do coronel haver á a inscrição "Torturador. Não, nunca".

### Pergunta para o Guedes, diz Bolsonaro sobre indicadores



Descidente, em passaio de moto por Brasilia na manhà deste dominan (TI), tiva fotos com admiradams

Presidente evita comentar levantamento que aponta piora em 44 de 87 dados

Bernardo Caram

Brasília- O presidente jair Bolsonaro (PSL) evitou fazer comentários sobre o levantamento publicado pela Folha neste domingo (11) que mostra uma piora da maioria dos indicadores do país no primeiro semestre de seu governo.

"Pergunta para o Paulo Guedes, pergunta para o Paulo Guedes. Outra pergunta", afirmou Bolsonaro, citando o nome do ministro da Economia e solicitando que os repórteres que o acompanhavam abordassem outro assunto.

A compilação de quase 90 indicadores nacionais, que vão da economia ao meio ambiente, mostra que a maioria deles regrediu nos primeiros seis meses da gestão.

A Folha analisou 87 estatísticas oficiais e de estudiosos que têm números atualizados até algum ponto do primeiro semestre de 2019 e as cruzou com os dados de 2018. Desse total, 44 pioraram, 15 permaneceram estáveis e 28 apresentaram alguma melhora.

Entre os indicadores que mais apresentam deterioração estão os de educação, saúde e meio ambiente. Os dados oficiais reunidos pelo Ministério da Justiça apontam melhora nos índices de criminalidade. Na economia, há um equilíbrio.

Diante da fala de Bolsonaro, a Folha encaminhou neste domingo os dados à assessoria do ministro da Economia.

No início da noite, a pasta enviou a seguinte nota: "A equipe econômica tem adotado medidas para o equilíbrio das contas e a retomada sustentável do crescimento econômico".

"Várias reformas levam tempo para repercussão na economia real", diz a nota. "Essa mudança estrutural da economia levará o país à retomada do crescimento e à melhora do emprego e da renda das famílias brasileiras", informou o ministério.

Bolsonaro passeou por Brasília na manhã deste domingo. No Lago Paranoá, andou de jet ski. Depois seguiu de moto para uma feira de artesanato, onde foi recebido em meio a um misto de gritos de "mito" e de "fascista".





Antes de subir no jet ski, Bolsonaro disse que tem a "carteirinha de arrais-amador".

Embora a habilitação "arraisamador" dê direito a conduzir embarcações em navegação interior (canais, rios e lagos), ela não é válida para a categoria de moto aquática, como é denominado o jet ski pela Marinha.

Segundo a Marinha, desde 2012, a categoria arrais-amador deve ser complementada com a habilitação "motonauta" caso a pessoa deseje conduzir uma moto aquática. O presidente não informou se tem essa autorização.

Em abril deste ano, Bolsonaro circulou de moto por Guarujá (SP) com o capacete levantado, infração considerada equivalente a andar sem capacete.

Neste domingo, o presidente também andou de moto por Brasília, mas usou o capacete.

Visivelmente impaciente em uma das paradas nas quais falou à imprensa, o presidente foi questionado se encontraria os filhos neste domingo de Dia dos Pais.

"Não, eu vou encontrar a minha avó", respondeu Bolsonaro. Depois explicou: "A minha avó morreu. Infelizmente já morreu. Mais alguma pergunta?"

#### Foto-legenda

Bolsonaro andou de jet ski no Lago Paranoá, afirmando que tem "carteirinha de arrais-amador" -Bernardo Caram/Folhapress

Ele foi tietado por cinegrafistas, chamou repórteres de urubus e segurou microfone da Globo Reprodução/Facebook

# Metade dos indicadores apresentou piora sob Bolsonaro -28 Melhorou -44 Piorou

Total de indicadores avaliados: 87

15 Estável



Bolsonaro andou de jet ski no Lago Paranoá, afirmando que tem 'carteirinha de arrais-amador' Bemando Caram/Folhapress



Ele foi tietado por cinegrafistas, chamou repórteres de urubus e segurou microfone da Globo Reprodução/Facebook

# Ex-alunos de direito da USP pagam reforma e bolsas

Angela Pinho

São Paulo- Em tempos de recursos escassos para universidades, é comum se ouvir que falta no Brasil cultura de colaboração dos ex-alunos. Na tradicional Faculdade de Direito da USP, isso começa a mudar.

Egressos da mais prestigiada instituição de ensino jurídico do país, no Largo São Francisco (centro de São Paulo), estão à frente de iniciativas que incluem a restauração da fachada, a reforma de salas de aula e o pagamento de bolsas para estudantes carentes.

As ações envolvem de recémformados a octogenários, de advogados em início de carreira ao presidente do Supremo Tribunal Federal.

A mobilização começou em 2018, quando o professor Floriano de Azevedo Marques Neto assumiu a direção. Uma de suas propostas era trazer para perto os antigos estudantes.

Criada em 1827, a São Francisco, como é chamada, sofre com problemas de infraestrutura, agravados por anos de aperto orçamentário na USP Entre os egressos da instituição que atenderam ao chamado do diretor estão os advogados Pedro Guilherme de Souza e Kleber Luiz Zanchim.

Sócios e integrantes de uma entidade que atuou em projetos de urbanismo no centro, a Associação Trabalhar, eles propuseram angariar recursos para cuidar da fachada, instalar câmeras de segurança e melhorar a internet.

Aprovaram no fim de 2018 um projeto para financiamento pela Lei Rouanet e, em alguns meses, angariaram R\$ 75 mil de 70 exalunos da turma formada em 2004. O pai de Pedro, o atuário aposentado Francisco Pereira de Souza, contribuiu com R\$ 20 mil. Um cliente, Tiago Pessôa, diretor do banco Morgan Stanley, aportou mais R\$ 50 mil.

Ao menos R\$ 85 mil ficarão por conta de Pedro, Kleber e seus dois sócios no escritório.

Na tramitação da Lei Rouanet, a dupla diz ter encontrado um labirinto burocrático, com exigências não previstas e turvas. Isso não impediu, porém, o início dos trabalho s na fachada. Com custo maior, a melhoria da estrutura de internet vai esperar, mas ainda é possível custear as câmeras.

Para fechar a conta, eles correm para obter até o próximo dia 21 mais R\$ 100 mil (interessados devem escrever para sanfran@trabalhar.org.br).

Ambos dizem ver o trabalho pela faculdade como uma retribuição necessária. "É um sentimento moral", diz Pedro. "Estudei sete anos lá, contando com o mestrado, e nunca paguei R\$ 1 para ter a educação que me permite hoje sustentar a minha família."

O discurso ecoa entre ex-alunos que colaboram, como o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli. "A faculdade é como uma segunda família", diz. "O retorno é o mínimo que podemos fazer, ainda mais em momento em que o Estado passa por dificuldades financeiras."

Com mais de cem colegas da turma de 1990, ele apoia a reforma de uma sala de aula.

Outro grupo de ex-alunos,com cerca de 50 integrantes, mobilizouse para reformar a sala do estudante. "Ali eram realizados debates, eleições do centro acadêmico,





assembleias. Tenho muitas lembranças", diz o advogado Sérgio Renault, da turma de 1981, que participa do financiamento.

Ele conta que uma das exigências do grupo foi que os atuais estudantes concordassem com a reforma. Com resposta positiva, impuseram como condição que participassem da coordenação da obra, o que também ocorreu.

A precaução evitou repetir problemas do passado. Em 2010, após protestos de professores e alunos, a faculdade tirou o nome dado a duas salas após doações das famílias dos homenageados.

As atuais contribuições, segundo o diretor, seguem a regulamentação da USP Os financiadores são agradecidos em placa que fica na faculdade pelo período de cinco anos.

A contribuição transcende a estrutura. Alinhados à realidade recente da instituição, que adota ações afirmativas, outro grupo, de mais de cem egressos, custeia com pequenas doações individuais bolsas de auxílio de R\$ 600 mensais para alunos carentes. O valor ajuda em despesas de moradia, transporte e alimentação.

Para Pedro Henrique Rodrigues Pereira, um dos integrantes do grupo, as iniciativas retomam a tradição da São Francisco de criar redes de apoio e sociabilidade, como a Casa do Estudante, moradia mantida pelo centro acadêmico.

"Temos uma tradição muito grande de comunidade", diz o diretor. "O que estamos fazendo é transformar o franciscanismo em coisas concretas."

# Fundo garantidor para cobrir calotes do Fies tem R\$ 11,6 bilhões parados

Governo não tem sistema para operacionalizar os resgastes, apesar de aumento da inadimplência

Paulo Saldaña

Brasília- Apesar de a oferta de contratos de Fies (Financiamento Estudantil) passar por reduções e de a inadimplência no programa aumentar, o governo federal ainda não acionou os recursos de um fundo criado para cobrir calotes.

O dinheiro poderia amenizar os desafíos de sustentabilidade do programa e permitir expansão de oferta de vagas.

O Fundo Garantidor do Fies, cuja operação teve início em 2011, acumula um patrimônio líquido de R\$ 11,6 bilhões, segundo balancete mais recente, de junho. O governo federal não tem, até agora, um sistema para operacionalizar o resgate dos valores.

Entidades que representam as instituições particulares de ensino superior têm pressionado o governo para usar esses recursos. A área econômica sempre teve interesse em manter o dinheiro em caixa, segundo a Folha apurou com profissionais que integraram as gestões Dilma

Rousseff(PT), Michel Temer (MDB) e a atual, de Jair Bolsonaro (PSL).

Com o Fies, a União paga o curso para alunos em instituições privadas. Após a formatura, os estudantes precisam quitar o financiamento.

O programa foi lançado em 1998 e passou por mudanças, a partir de 2010, que facilitaram o acesso ao financiamento. A redução da taxa de juros e o aumento do prazo de carência resultaram em grande expansão, mas o salto foi também impulsionado pela criação do Fundo Garantidor.

O fundo facilitou o acesso a fiador e, a partir de 2014, as empresas educacionais tiveram que aderir a esse modelo de fiança para ter alunos no programa. Cerca de 5% dos valores financiados passou a ser depositado no Rindo. O valor era repassado pelo Tesouro, mas descontado do que seria pago às empresas educacionais.

De 2010 até o ano passado, 1.991.232 contratos do Fies foram garantidos pelo Fundo, de acordo com dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação. Isso representa que 78% dos mais de 2,5 milhões de contratos acumulados entre 2010 e 2018 têm essa garantia.

Essa poupança deveria ser acionada assim que houvesse inadimplência superior a um ano. Há 425,9 mil contratos nessas condições.

Outros 96.461 contratos estão com atrasos que vão de 91 dias a 360 dias. O saldo devedor (de inadimplência acima de 90 dias) é de R\$ 2,2 bilhões. O saldo devedor total, calculado a partir de um dia de atraso, é de R\$ 11,2 bilhões, segundo o MEC.

O programa, que no auge, em 2014, chegou a ter 732 mil novos contratos, sofreu encolhimento no segundo mandato de Dilma (2014-16) e também passou por mudanças sob Michel Temer (2016-18).

O descontrole de gastos, no primeiro mandato de Dilma, fez com que o acesso aos financiamentos fosse reduzido.

No primeiro semestre de 2019, foram firmados 46.189 novos contratos.

"O governo faz alarde da inadimplência e de quanto ele tem que gastar com o Fies, mas, se acrescentasse es-se valor do Fundo dentro do sistema, conseguiria ampliar a oferta para os alunos", diz





Rodrigo Capelato, diretor executivo do Semesp (Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior).

Sólon Caldas, da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior), afirma que o governo tem perdoado dívidas de setores como agricultura e indústria, mas não tem o mesmo olhar para a educação. "Percebemos que é mais uma decisão mais política do que operacional a não utilização do Fundo".

Cerca de 18% dos brasileiros que têm de 18 a 24 anos estão no ensino superior. A meta do PNE (Plano Nacional de Educação) é chegar a 33% até 2024 — praticamente o dobro.

Os dados e a própria natureza do Fundo Garantidor não permitem indicar, entretanto, um cenário confortável com relação ao passivo negativo do Fies. O Fundo é desenhado para cobrir o equivalente a 10% da inadimplência total do programa.

A expectativa é que o calote continue aumentando. O volume atual de inadimplência acima de um ano representa 39% dos contratos em fase amortização. Em 2016, esse percentual era de 26%.

Em 2016 também, o TCU (Tribunal de Contas da União) estimou um custo, a ser dividido de 2016 a 2020, de R\$ 55,4 bilhões só para manter contratos assinados até

2015.

Além disso, as regras vigentes do Fies entre 2010 e 2014, com juros abaixo da inflação, implicaram, na prática, em subsídio federal de 47% do valor financiado — mesmo que todas as dívidas fossem pagas.

O Fies representou grandes lucros para as empresas educacionais, sobretudo antes das alterações realizadas a partir de 2015. Com repasses do Tesouro garantidos, as instituições passaram a aumentar as mensalidades. Alunos que pagavam mensalidades foram incluídos no programa.

O professor da FGV Celso Napolitano diz que é importante fazer a discussão do uso desses recursos, mas com cautela.

"O fundo foi criado para garantir [o pagamento em caso de] inadimplência, não é para financiar as instituições", diz ele, que preside a Federação dos Professores do Estado de São Paulo. "Agora é que vai começar a surgir os problemas da explosão de contratos de 2014", diz, referindo-se ao ano em que houve a explosão no número de beneficiários.

As regras antigas previam carência de um ano e meio após o fim do curso. Assim, é esperado que um volume considerável de contratos entrem no período de amortização a partir deste semestre.

A operacionalização de um sistema de cobrança para devedores sempre foi um ponto de atenção do Fies. O governo iniciou em abril um processo para renegociação de dívidas.

Como o devedor precisa pagar no mínimo R\$ 1.000 para conseguir renegociar, o governo tem tido dificuldade de obter adesão à iniciativa.

Até 25 de maio, menos de 1% dos devedores haviam aderido, revelou a Folha. O Ministério da Educação ampliou o prazo até outubro, mas não informou o balanço atualizado.

De acordo com a gestão do ministro da Educação, Abraham Weintraub, "houve uma mudança do banco que o administrava. e assim que esse processo for concluído a pasta pretende utilizar o recurso [do Fundo Garantidor] para dar maior sustentabilidade ao Fies".

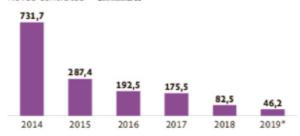
A partir de 2018, o Fundo passou a ser gerido pela Caixa em lugar do Banco do Brasil, que o operava desde sua criação. A Caixa não respondeu a questionamentos feitos pela reportagem.

Também a partir do ano passado o governo criou um novo fundo garantidor, chamado de FG-Fies, na esteira das mudanças realizadas no programa. Esse novo mecanismo tem como objetivo cobrir até 25% da inadimplência.



#### Fundo para cobrir calotes do Fies tem R\$ 11,6 bilhões parados

Novos contratos Em milhares



Inadimplência Contratos não pagos (em mar. 2019)

Em fase amortização

1.096.328

Com atraso entre 90 e 360 dias

96.461

Com atraso superior a 360 días

425.956

Contratos firmados de 2010 a 2014 Acumulados portipo de fiança

Fundo Garantidor (FGEDUC)

1.326.131

Fiança convencional e solidária

562.229

Sem fiança ou sem garantia por decisão judicial

557

Dívida x fiança Em bilhões de R\$

Patrimônio líquido do fundo

11,6

Saldo devedor total

11,2

Saldo devedor - contratos acima de 90 dias de atraso

2,2

<sup>\*1</sup>ª semestre Fontes: FNDE, Caixa, CVM

### UnB volta às aulas em meio a incertezas



Termo específico do contingenciamento impacta diretamente no Hospital Veterinário em relação ao ensino, pesquisa e extensão

Com início do semestre letivo hoje, estudantes precisam lidar com dificuldades geradas pelo contingenciamento orçamentário imposto à universidade

#### BRUNA LIMA JÉSSICA EUFRÁSIO

A incerteza com relação ao futuro marca a vida acadêmica dos estudantes da Universidade de Brasília (UnB) que começam o curso ou retornam às aulas a partir de hoje. Desde que a instituição de ensino superior sofreu bloqueio de 30% na verba federal, projetos e contratos correm risco de rompimento nos próximos meses. São R\$ 48,5

milhões retidos desde abril. Para arcar com as despesas, a universidade depende da arrecadação própria, mas a quantia fica restrita a um teto orçamentário.

Com o esgotamento dos recursos, a administração da universidade busca sensibilizar o Ministério da Educação (MEC) o Congresso para que recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) sejam liberados. "É de extrema importância para garantir o pleno funcionamento da UnB", informou, por meio de nota oficial, a instituição. "Não há, entretanto, prejuízo ao calendário acadêmico, tampouco a áreas acadêmicas

específicas", afirma o texto.

Recém-aprovado no curso de línguas estrangeiras aplicadas, Ítalo Henrique Ivo, 18 anos, está apreensivo em relação ao destino da Universidade. Ele ingressou na UnB por meio do Programa de Avaliação Seriada (PAS) e acredita que cursos considerados "menos valorizados" serão os mais impactados. "É algo que nos deixa preocupados. Principalmente quem está entrando agora. Como nunca estudei lá, não sei quais diferenças serão mais marcantes, mas, com um corte de 30%, provavelmente o semestre será pior", comenta.

O jovem avalia que os calouros não receberam informações da universidade sobre a situação financeira. Ítalo também revela que não via esse cenário como algo possível. "Sempre tive expectativas muito boas em relação à universidade pública. Entrar nela é o sonho de muita gente. Pode ser que, mais para frente, as coisas voltem ao normal. Só espero que não mudem muita coisa e que possamos ter uma educação de qualidade", completa o estudante.

"Balbúrdia"

Assim como Ítalo, 4.339 calouros iniciam a trajetória na UnB em um dos 132 cursos de graduação oferecidos nos quatro campi da instituição — Darcy Ribeiro (Asa





Márcia Moura afirmou que a UnB pode não conseguir renovar contratos

Norte), Ceilândia, Gama e Planaltina. Outros 39.610 graduandos retornam às aulas neste segunda-feira. Apesar de o cronograma semestral não ter sofrido alterações devido ao contingenciamento, os estudantes podem enfrentar efeitos dos cortes já em setembro.

A reitora da UnB, Márcia Abrahão Moura, afirma que, sem a flexibilização do governo, não será possível renovar contratos, como o de limpeza e o de segurança, nem pagar contas de luz e água. "Para eu firmar o contrato, tenho de provar ter orçamento para um ano. A legislação é muito rígida. O contingenciamento me impedirá de renová-los", alertou Márcia, em entrevista ao programa CB.Poder na última segunda-feira.

Em reunião com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a reitora apresentou dados com o objetivo de refutar a justificativa para os bloqueios orçamentários por motivo de "balbúrdia". "De acordo com o (ranking universitário internacional) Times Higher Education, somos a 15<sup>a</sup> melhor universidade da América Latina. Ao mesmo tempo em que o Ministério da Educação fala que não somos internacionalizados, corta um programa de muito sucesso: o Idiomas sem Fronteiras. Um país que já é distante em termos físicos e linguísticos daqueles que têm a pesquisa mais forte precisa de incentivos", alegou. No entanto, não há sinalização de reversão do quadro.

#### Limitações

Termos específicos do contingenciamento de 30% interferiram diretamente sobre determinadas áreas da UnB, como nas de capacitação técnica e nos

### Calendário

#### 12 DE AGOSTO

· Primeiro dia de aulas

#### 14 E 15 DE AGOSTO

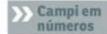
 #InspiraUnB (evento de recepção dos calouros, no Darcy Ribeiro)

#### 10 DE DEZEMBRO

· Último dia de aulas

#### 14 DE DEZEMBRO

 Divulgação de notas e percentuais de faltas



132 cursos

4.339 calouros ingressando na UnB

39.610 estudantes da graduação

2.836

3.171 técnicos administrativos

90 cursos de mestrado

4.950 alunos de mestrado

69 cursos de doutorado

4.033
estudantes de doutorado



investimentos de recursos para o Hospital Veterinário (Hvet). Diretor da unidade de saúde, Jair Costa explica que o Hvet depende de verba repassada diretamente pelo MEC e que, por isso, também sofreu corte de 30%.

Segundo ele, apesar de o hospital contar com recursos provenientes de arrecadação própria, há um teto para os gastos desses valores. O restante é devolvido ao Governo Federal. "O contingenciamento está colocando em xeque nosso planejamento para o ano e nos obriga a remanejar e a economizar muita coisa, para que não falte nada no hospital. Ele impacta no ensino, na pesquisa e na extensão. Para o ano que vem, temos uma preocupação muito grande de não só saber se o recurso vai vir contingenciado, como se ele virá", pondera Jair.

Além do bloqueio do MEC, outros cortes, por parte do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), resultaram na suspensão de bolsas de pós-graduação e de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

#### Formatura

Perto de terminar o curso, a graduanda de odontologia Amanda Queiroz, 24, lida com as limitações financeiras até durante o planejamento da colação de grau. Integrante da comissão de formatura, ela e os colegas precisaram agendar e pagar alguns dos custos do evento, como cerimonial, equipe de limpeza e telão, uma vez que a organização foi descentralizada para cada faculdade, o que gerou dificuldades na marcação das datas e na solicitação de serviços.

No entanto, o que mais preocupa a futura odontóloga é a mensagem "deturpada" usada para justificar o contingenciamento. "É muito triste ver o governo cortando verba de um lugar que está educando pessoas para melhorar o Brasil. Essa 'balbúrdia' não existe. O que existe são pessoas defendendo ideologias, os estudos e lutando por um ambiente e por um futuro melhor. O que existe é uma instituição que está buscando educar pessoas para crescerem e serem profissionais capacitados", argumenta Amanda.

A UnB informou, em nota, que o novo modelo de organização das colações de grau permite que as unidades acadêmicas tenham mais autonomia para escolha do formato das solenidades. Após determinação Governo Federal para terceirização do cerimonial, a instituição de ensino abriu licitação para contratação de empresa que fique responsável pelo serviço. "A colação é um ato oficial, realizado em sessão solene e pública para a outorga de grau aos formados que concluíram um dos cursos superiores da Universidade de Brasília. É uma cerimônia tradicional e gratuita. Eventos comemorativos associados à formatura (como bailes, viagens ou outros) não são de responsabilidade da universidade", destaca o texto.

#### REVITALIZAÇÃO

### Escola mais segura e reformada

O Centro de Ensino Fundamental 1 do Lago Norte, conhecido como Celan, passou por reformas e reforço na segurança durante o período de férias, em julho. Dentre as novidades, além da infraestrutura, estão projetos relacionados à arte, cultura e cidadania.

O Celan atende cerca de 853 estudantes, que residem no Varjão, Paranoá, Paranoá Parque, Itapoã e nas áreas rurais próximas. "São jovens, na grande maioria, em situação de vulnerabilidade, que encontram em iniciativas como essas, oportunidades para se sentirem valorizados e ficarem longe da criminalidade", esclarece a diretora do Celan, Ana Paula de Oliveira Viégas. A escola necessitava das mudanças há certo tempo já. Em julho, a Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto (CRE-PP), em parceria com a Secretaria de Educação, listou as principais necessidades do Celan e foram trabalhar. Uma das prioridades foi fechar o alambrado na lateral, com telha e concreto. A medida deixará a unidade mais segura, visto que sem esse reforço, o uso e o tráfico de drogas eram frequentes nas proximidades.

A nova cara da escola precisava de uma inauguração para os alunos, que foram recebidos com uma salva de palmas e depois encaminhados para a ginásio da escola, onde a diretora fez um discurso de boas-vindas. "Sejam todos muito bem-vindos. A nossa escola está linda, reformada. Cabe a todos nós cuidarmos deste espaço tão importante nas nossas vidas", disse a diretora em sessão de boas-vindas com os alunos do centro.

Cerca de 20 profissionais da construção civil empenharam esforços dia e noite para dar conta do recado e recuperar as paredes e janelas, que estragaram com o tempo e vandalismos.

# Cientistas mulheres devem ser modelo desde o ensino fundamental

Pesquisadoras defendem trocas diretas com alunas e projetos unindo a ciência ao cotidiano, com foco em inclusão de gênero e etnia

#### **ISABELA REIS**

O incentivo ao envolvimento das mulheres nas Ciências deve começar ainda no ensino fundamental, sobretudo por meio de atividades práticas e lúdicas e encontros diretos com mulheres cientistas. Esse será um dos temas do Educação 360 STEAM — sigla que, em inglês, junta as palavras Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática —, que será realizado no dia 27 de agosto, no Museu do Amanhã, com mais de uma mesa dedicada à inclusão feminina na produção científica. O encontro é uma realização dos jornais O GLOBO e Extra, com patrocínio do Colégio pH e da Fundação Telefônica Vivo, e o apoio institucional da Revista Galileu, do site Techtudo, TV Globo, Canal Futura, Unicef e Unesco.

Professora de Química da Universidade Federal de Goiás(UFG), Anita Canavarro vai falar no evento sobre seu projeto Investiga Menina, que incentiva alunas negras de periferia a serem cientistas, ensinando o conteúdo do currículo escolar a partir de temas presentes na vida das estudantes.

A química envolvida nos processos de alisamento capilar, por exemplo, é debatida em sala de aula. As professoras estimulam que as alunas permaneçam com seus cachos naturais e façam mudanças estéticas pelas cores, e não pela forma do cabelo. Para isso, ensinam a produzir corantes menos agressivos aos fios.

Anita conta que só teve uma professora negra na vida e que, entre as poucas mulheres na graduação, no mestrado e no doutorado, não havia nenhuma negra.

—É impossível não cruzar nossas histórias pessoais com nosso trabalho. Gostaria muito de ter conhecido mulheres cientistas, ter lido mulheres negras. Elas existem, mas não chegam nas mãos das meninas. Quando você entra na graduação, não se vê, não se reconhece. Temos um currículo que exalta a experiência de homens brancos, que ainda são os sujeitos universitários — afirma Anita, que ensina Química e História Afro-brasileira, buscando outras referências de cientistas e culturas.

Primeira mulher a dirigir o Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desde o ano passado, Belita Koiller também defende o contato direto entre pesquisadoras e alunas, por meio de visitas e encontros a universidades e laboratórios. —Apresentar as ciências como algo interessante e lúdico para meninas, principalmente de escolas públicas, é essencial para que elas enxerguem essas carreiras como uma possibilidade. Quanto mais tarde tiverem contato, mais difícil será para escolherem a área na graduação — argumenta Belita.

#### PROFISSÃO DESIGUAL

No mundo, apenas 16% das mulheres que cursavam o ensino superior, em 2016, escolheram cursos nas áreas de Tecnologias da Informação e Computação (3%), Ciências Naturais, Matemática e Estatística (5%) e Engenharia, Produção industrial e Construção (8%), segundo o Instituto de Estatísticas da Unesco. Mas, mesmo quando acabam optando por essas profissões, elas ainda enfrentam a desigualdade no ambiente universitário e no mercado de trabalho.

No Brasil, nenhuma mulher presidiu o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), criado em 1951, nem a Academia Brasileira de Ciências — que, fundada em 1916, tem apenas 86 mulheres entre seus 554 membros titulares. Denise Pires de Carvalho é a primeira reitora da UFRJ em 98 anos de existência da instituição. Apesar de reconhecer a igualdade de gênero na chefia dos





laboratórios de biofísica da UFRJ desde a década de 1970, ela foi a primeira mulher a dirigir o Instituto de Biofísica, em 2010:

— Há um funil para que as mulheres assumam posições de poder.

Camila Achutti, criadora e CEO da Mastertech, plataforma de educação voltada para tecnologias do século XXI, e Juliana Oliveira, recrutadora da Thought Works Brasil, consultoria global de tecnologia, ressaltam a dificuldade de levar o debate de gênero ao ambiente corporativo.

—Ainclusão feminina na ciência é uma estratégia econômica para impulsionar o Brasil como nação produtora de tecnologia. Mas, ainda assim, quando o tema de uma palestra é diversidade, só as mulheres assistem — diz Camila, professora do Insper e doutoranda em Ciência da Computação na Universidade de São Paulo (USP).

Criadora do blog Mulheres na Computação, em 2010, Camila diz que, apesar de o mercado corporativo hoje aceitar melhor as mulheres, elas ainda são exceção, e é preciso um esforço coletivo pra tornar essa presença algo cada vez mais comum.

Processos seletivos também são determinantes para a presença de mulheres nas empresas. Para Juliana, é essencial que as candidatas se enxerguem como possíveis contratadas e sintam-se acolhidas durante as etapas do recrutamento. Líder do projeto Enegrecer a Tecnologia, ela reconhece que a interseção de etnia e gênero cria ainda mais barreiras para mulheres negras. Para isso, é preciso pensar ações de representatividade que atraiam essas cientistas.

Nesse processo, até a linguagem pode ser um obstáculo. No Investiga Menina, há uma colaboradora especializada em explicar os editais científicos para as alunas que, por não entenderem certos termos, desistem de se candidatar para as vagas. Ainda assim, a criadora do projeto é otimista: — Ainda não somos a quantidade que desejamos, mas também não somos mais os números que projetaram para a gente — diz Anita.

### Nó tributário

Com a perspectiva de aprovação nos próximos meses da reforma da Previdência, o Congresso deve dar ênfase à complexa e urgente tarefa de redesenhar o caótico sistema de impostos, taxas e contribuições do país. Tratase de obra política ainda mais difícil que mudar as regras das aposentadorias.

Se naufragaram todas as tentativas de reforma tributária desde a Constituição de 1988, contudo, observa-se um ineditismo no cenário atual —o Executivo e as duas Casas do Legislativo pretendem levar adiante a empreitada, cada qual com seu projeto.

A competição, em tese, pode se revelar positiva, desde que se negocie um denominador comum. As três grandes propostas em pauta, afinal, têm o objetivo de simplificar a taxação do consumo, o que pode e deve ser compatibilizado com uma cobrança mais progressiva do Imposto de Renda.

A mais tecnicamente burilada delas, elaborada pelo Centro de Cidadania Fiscal, conta com o apoio do presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O texto prevê a substituição gradual de PIS, Cofins e IPI, federais, ICMS, estadual, e ISS, municipal, por um único tributo sobre valor adicionado (IVA), alinhando o Brasil às melhores práticas globais. O projeto que tramita no Senado segue ideia semelhante, com diferenças na transição e na gestão do novo imposto, entre outras.

Os obstáculos, nesse caso, são menos de ordem

ideológica do que federativa —trata-se de convencer governadores e prefeitos a abrirem mão de sua autonomia tributária e concordarem com uma nova forma de divisão dos recursos.

Sendo assim, quanto mais se detalham os projetos, mais divergências surgem —e o quadro de penúria orçamentária as acirra.

Há por fim a proposta do governo, ainda não formalizada, mas, ao que se sabe, composta por três eixos: criação de um IVA federal, sem incorporar tributos regionais; mudanças no Imposto de Renda, ainda a serem explicadas; e desoneração das folhas de salários, com a contrapartida de uma nova versão da famigerada CPMF.

No caso do IR, cogita-se reduzir as alíquotas para pessoas físicas e empresas. Em troca, seriam eliminadas deduções em saúde e educação e recriada a tributação sobre a distribuição de dividendos. O desejável aqui é ampliar a carga incidente sobre os contribuintes mais ricos; por ora não se tem certeza sobre o que pretende a Receita.

Diante de tantas alternativas e questões espinhosas, cumpre estabelecer o que se mostra essencial e viável politicamente. Nesse sentido, a ideia de tributar as movimentações financeiras apenas traz mais balbúrdia ao debate.

Devem-se levar em conta experiência global e entendimentos domésticos já avançados. O país não pode desperdiçar a oportunidade.

# No primeiro semestre sob Bolsonaro, 44 indicadores pioram e 28 melhoram

Levantamento a respeito das principais áreas do governo aponta deterioração na educação e no ambiente e equilíbrio na economia

Ranier Bragon, Bernardo Caram, Natália Cancian e Paulo Saldaña

BRASÍLIA- A compilação de quase 90 indicadores nacionais, que vão da economia ao meio ambiente, mostra que a maioria deles regrediu nos primeiros seis meses da gestão de Jair Bolsonaro (PSL). A Folha analisou 87 estatísticas oficiais e de estudiosos que têm números atualizados até algum ponto do primeiro semestre de 2019 e as cruzou com os dados de 2018.

Desse total, 44 pioraram, 15 permaneceram estáveis e 28 apresentaram alguma melhora. Entre os indicadores que mais apresentam deterioração estão os de educação, saúde e meio ambiente. Os dados oficiais reunidos pelo Ministério da Justiça apontam melhora nos índices de criminalidade. Na economia, há um equilíbrio. A Folha trabalhou com dados oficiais de ministérios, do IBGE, de órgão de estudos e pesquisa e organizações tradicionais ligadas a determinadas áreas, como o ISA(Instituto Socioambiental), na

questão indígena.

Em parte devido ao curto espaço de tempo e,em parte, à complexidade das áreas abordadas, os indicadores variam não necessariamente em função da gestão federal. Na segurança pública, por exemplo, a maior responsabilidade cabe aos governos estaduais. Na economia, vários indicadores são influenciados por conjunto de ações ao longo dos anos eque extrapolam fronteiras.

Além disso, há temas relevantes cuja variação não pode ser medida neste momento tendo em vista que os dados são colhidos em uma periodicidade mais elástica, como desempenho escolar, ou divulgados com defasagem maior, como números da desigualdade. Ainda sob limitado efeito prático da orientação liberal do ministro da Economia, Paulo Guedes, os indicadores econômicos apresentaram equivalência entre os dados que pioraram e os que melhoraram.

Dos 47 indicadores econômicos analisados, houve piora em 20 e melhora também em 20. Outros sete permaneceram estáveis. Na fatia negativa dos dados, se destaca o comportamento na área de comércio

exterior, indústria e endividamento das famílias.

Do outro lado, observa-se melhora no s índice s de inflação e da Bolsa de Valores, bem como ligeiro avanço nos resultados do emprego no país.

Ao assumir a Presidência, Bolsonaro delegou a Guedes a tarefa de ajustar uma economia que vinha se recuperando lentamente de uma recessão, com as contas públicas em situação crítica e um total de 12 milhões de desempregados.

Nos primeiros meses do ano, a economia seguiu sem vigor. O PIB do primeiro trimestre — dado mais recente disponibilizado pelo IBGE — teve retração de 0,2% em relação ao trimestre anterior.

Na balança comercial, a diferença entre o que o Brasil exportou e importou gerou um saldo positivo de US\$ 26 bilhões no semestre, valor menor do que o resultado do mesmo período de 2018 (US\$ 30 bilhões). O valor das exportações caiu 3,5%.

No semestre, a produção industrial medida pelo IBGE recuou 1,6% na comparação com os seis primeiros meses do ano passado.





Uma melhora generalizada foi observada no comportamento da inflação. Os principais índices que medem a variação dos preços na economia brasileira ficaram mais baixos que no ano anterior.

Na avaliação do economista Simão Silber, que é professor da USP e membro do conselho da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), o desempenho da economia neste ano pouco tem a ver com a gestão Bolsonaro.

"Ainda não deu tempo de sentir o efeito do novo governo. Temos uma tendência de recuperação lenta que está entrando no quarto ano", disse.

O professor afirma que há limitações para a recuperação econômica em diversas frentes. Com a regra do teto de gastos, que impede que as despesas do governo cresçam acima da inflação, o setor público não é mais uma fonte de estímulo da atividade. Empresas e famílias também estão em condições limitadas de gerar esse impulso.

Na tentativa de ativar a economia, o governo anunciou a liberação de saques das contas do FGTS e do Pis/Pasep. A medida tem potencial de colocar R\$ 63 bilhões na economia.

Silber sugere que a retomada viria mais rápido com um empenho do governo na realização de obras. "O governo federal está com milhares de obras paradas. Teria que fazer uma triagem das que não são um fracasso para concluir, além de acelerar um pouco o programa Minha Casa Minha Vida", afirmou.

Na saúde, o levantamento dos dados foi feito com base em indicadores monitorados em sistemas do Datasus, do Ministério da Saúde.

Α Folha consultou OS especialistas Fátima Marinho, do Instituto de Estudos Avançados da U SP, Adriano Massuda, médico sanitarista e pesquisador-visitante no Departamento de Saúde Global e Populações da Harvard T.H. Chan School of Public Health, Guinar Azevedo, presidente da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), e Luis Eugênio de Souza, do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia.

Os dados apontam piora na oferta de assistência na atenção básica, área que representa a porta de entrada para o SUS. Um exemplo é a queda no número de médicos que atuam nas unidades básicas de saúde, locais que, no parâmetro ideal, deveriam resolver até 80% dos casos que chegam ao

sistema. Antes em crescimento, o número de profissionais passou de 30 mil, segundo dados de junho do último ano, para 26 mil neste ano.

Para especialistas, a situação está atrelada ao desmonte do programa Mais Médicos. A estimativa até junho era que houvesse mais de 3.800 postos vazios. O ministério não tem fornecido dados atualizados sobre as vagas desocupadas.

Outros indicadores também apontam sinais de alerta. É o caso de uma quedano número de agentes comunitários de saúde, profissionais encarregados de fazer o atendimento da população casa a casa.

Na contramão, o número de equipes de Saúde da Família teve aumento, embora em ritmo bastante menor em relação aos últimos anos. O sistema, porém, não permite ver quantas dessas equipes estão completas.

Também houve quedano número de consultas pré-natal e de atenção básica nos primeiros meses do ano. Outro impacto foi um aumento no número de internações de menores de cinco anos por pneumonia, indicador que está atrelado à falta de assistência na atenção básica.

O primeiro semestre na área de





educação ficou marcado por uma paralisia de ações e turbulências políticas, com disputas entre as alas militar, técnica e ideológica, troca de equipes e até demissão de ministro. Em abril, saiu Ricardo Vélez Rodríguez e chegou Abraham Weintraub.

Houve melhora em apenas ide 12 indicadores elencados na área de educação: o MEC conseguiu oferecer mais contratos do Fies, o programa de financiamento estudantil.

Por outro lado, registrou-se queda no número de bolsas de pesquisa e esvaziamento de ações para a educação básica. Investimentos federais para bolsas de alfabetização e apoio à educação integral foram zerados.

A pasta teve um bloqueio de R\$ 5,8 bilhões do orçamento, com impactos desde educação infantil à pós-graduação. Os cortes inspiraram manifestações em dezenas de cidades.

O governo anunciou somente no dia 15 de julho um plano estratégico

para a educação básica, mas, de novidade, só previu o apoio à criação de 108 escolas cívico-militares até 2023.

Para Olavo Nogueira Filho, do Movimento Todos Pela Educação, o plano tem avanços ao, por exemplo, ter precedido de diálogo com as redes de ensino, o que havia ficado comprometido nos primeiros meses do ano.

Mas pondera: "Depois de mais seis meses é um plano que não traz medidas concretas, quase em nível de programa de governo. É genérico, sem diretrizes de operação, metas específicas", diz ele, ressaltando também não ver "muita aderência com o discurso de priorização da educação básica."

No meio ambiente, recente foco de crise entre Bolsonaro e técnicos da área, o desmatamento na Amazônia subiu 25% nos meses de abril, maio e junho de 2019 em comparação a mesmo período de 2018.

Na área de segurança, dados relativos ao primeiro trimestre de

2019 apresentam recuo nos homicídios dolosos de 22% em relação a igual período de 2018. O Sinesp (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública) do Ministério da Justiça registra queda em todos os crimes violentos. O sistema, porém, não obedece a critérios básicos de padronização estatística e, por isso, é alvo de desconfiança de pesquisadores.

Renato Sérgio de Lima, presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indica cautela na análise de dados do Sinesp. "Não tem explicação concreta [para a queda de crimes]. Acontece nas 27 unidades da federação desde o começo do ano passado e não tem nenhum fator explicativo nacional."

#### Metade dos indicadores apresentou piora sob Bolsonaro



Total de indicadores avaliados: 87



#### Indicadores em principais áreas do governo Bolsonaro

#### **AGROPECUÁRIA**

#### Piorou

PIB - Agropecuária\*

#### **BOLSA DE VALORES**

#### Melhorou

Índice Bovespa

#### CÂMBIO

#### Melhorou

- Dólar
- Expectativa para o dólar

O índice, que capta o comportamento das principais ações negociadas na bolsa de São Paulo, saltou de 91 mil pontos no primeiro pregão deste ano (2.jan) para 100,9 mil pontos em 28.jun

#### COMBUSTÍVEIS

#### Piorou

Preço médio do diesel

#### Estável

Preço médio da gasolina

#### COMÉRCIO EXTERIOR

#### Melhorou

PIB-Importação de bens e serviços\*

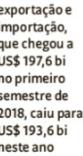
#### Estável

Importação

#### Piorou

- PIB-Exportação de bens e serviços\*
- Balança comercial
- Exportação
- Corrente de comércio

A soma de exportação e importação, que chegou a US\$ 197,6 bi no primeiro semestre de 2018, caiu para US\$ 193,6 bi neste ano





#### Melhorou

Índice Datafolha de Confiança

#### **CONGRESSO NACIONAL**

#### Estável

 Avaliação popular do desempenho de deputados e senadores (Datafolha)

#### CONSUMO

#### Melhorou

- · PIB-Consumo das famílias\*
- · PIB-Consumo do governo\*

#### Piorou

- Confiança do consumidor (FGV/Ibre)
- · Endividamento das famílias
- Preço médio da cesta básica
- Número de consumidores inadimplentes

Pesquisa mede indicadores como o orgulho ou vergonha de ser brasileiro. além de expectativas econômicas. Em jul, a média foi 123, superior ao verificado nas pesquisas de 2015, primeiro ano do segundo mandato de Dilma

#### **CONTAS PÚBLICAS**

#### Melhorou

- Arrecadação tributária
- Resultado primário do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social)

#### Piorou

Dívida Pública

O déficit nas contas caiu de R\$ 31,6 bilhões para R\$ 28,9 bilhões em relação ao primeiro semestre de 2018

#### CORRUPÇÃO

#### Estável

Expectativa de corrupção (Datafolha)

#### CULTURA

#### Estável

Orçamento da pasta

#### **EDUCAÇÃO**

#### Melhorou

Número de contratos do Fies



- Investimento federal para construção de creches
- Número de escolas apoiadas para melhoria de ensino no 1º e 2º anos
- Investimentos federais na melhoria de ensino no 1º e 2º anos
- Bolsas para alfabetização de adultos
- Investimento federal em ensino integral
- Repasses para obras de acessibilidade e instalação água nas escolas
- Repasses para instalação de internet nas escolas
- Número de alunos no Pronatec (educação profissional)
- Bolsas integrais e presenciais do Prouni
- Bolsas para pós-graduação
- Avaliação popular (Datafolha)

#### **EMPREGO**

#### Melhorou

- Caged
- Taxa de desemprego
- Pessoas com carteira de trabalho assinada
- Contribuintes do INSS

#### Estável

· Rendimento médio do trabalhador

#### Piorou

- Pessoas sem carteira de trabalho assinada
- Subutilização da força de trabalho

Cadastro do Ministério do Trabalho que registra contratações e de missões de empregados, sob o regime da CLT. Saldo de carteiras de trabalho assinadas no primeiro semestre de 2019 foi de 408.500 novas vagas, 16.039 vagas a mais que no mesmo período de 2018

#### **ENTES FEDERADOS**

#### Estável

 Estados com gasto de pessoal acima do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal

#### Piorou

Estados em dificuldade de honrar dívidas

#### **GESTÃO**

#### Piorou

Avaliação do governo (Datafolha)



#### **INDÍGENAS**

#### Estável

Recursos para a Funai

#### Piorou

Demarcação de terras

#### INDÚSTRIA

#### Piorou

PIB/Indústria\*

#### INFLAÇÃO

#### Melhorou

- IPCA
- · Preços administrados
- INPC
- · IGP-M

**INFRAESTRUTURA** 

#### Melhorou

- Geração de energia elétrica
- Fluxo nas estradas pedagiadas

#### Estável

- Satisfação dos usuários de Aeroportos
- Produção de barril de petróleo

Mede os preços da cesta de consumo da população com renda de até cinco salários mínimos. Subiu 2,45% no primeiro semestre, enquanto a alta no mesmo período de 2018 foi de 2,57%

Índice que orienta os reajustes de aluguel no país. Teve alta acumulada de 4,38% de jan a jun. No mesmo período de 2018, subiu 5,39%

#### INSTITUIÇÕES

#### Melhorou

Grau de confiança nas instituições

#### **INVESTIMENTOS**

#### Melhorou

Investimentos diretos no país

#### Piorou

- Índice de confiança do empresariado
- PIB-Investimentos\*



#### **JUROS**

#### Estável

Taxa Selic

#### Piorou

Taxa média de juros

#### MEIO AMBIENTE

#### Piorou

- · Desmatamento na Amazônia Legal
- · Desmatamento no Cerrado
- Multas aplicadas pelo Ibama

#### PIB

#### Piorou

- Expectativa para PIB 2019\*
- · PIB\*

#### **PROGRAMAS SOCIAIS**

#### Estável

Bolsa Família

#### Piorou

Repasses ao Minha Casa Minha Vida

Números gerais do carro-chefe dos programas sociais do governo seguem similares aos de 2018

#### SAÚDE

#### Melhorou

- Unidades de saúde que funcionam com 3º turno
- Consultas na atenção especializada

#### Piorou

- Médicos na atenção básica
- · Repasses federais para atenção básica
- Agentes comunitários de saúde
- Consultas de pré-natal
- Consultas na atenção básica
- Cobertura vacinal
- Internações por pneumonia em menores de cinco anos



#### Estável

- · Equipes de Saúde da Família
- Número de usuários de planos de saúde

#### **SEGURANÇA**

#### Melhorou

- Homicídio doloso\*
- Lesão corporal seguida de morte\*
- Latrocínio\*

# SERVIÇOS ■ Melhorou

PIB/Serviços\*

#### **TRÂNSITO**

#### Estável

Mortes nas estradas federais

Dados do Sinesp, sistema nacional que não obedece a critérios básicos de padronização estatística e, porisso, é alvo de desconfiança de pesquisadores

\*Indicadores se referem ao primeiro trimestre. Os dados semestrais ainda não foram divulgados pelo governo

#### **OUTRO LADO**

# Governo federal afirma que atua para melhorar cenários

Em resposta à Folha, ministérios afirmaram que o governo já adota medidas com potencial para trazer resultado s positivos nas diferentes áreas de atuação da gestão pública.

O subsecretário de Política Macroeconômica do Ministério da Economia, Vladimir Kuhl Teles, afirmou que houve uma quebra estrutural do país Metade dos indicadores apresentou piora sob Bolsonaro -28 Melhorou — 15 Estável Total de indicadores avaliados: 87 nos últimos anos, o que exige a adoção de medidas estruturantes, como as reformas trabalhadas pelo governo. "Essas reformas levam tempo, estamos começando agora", disse.

Teles reconhece que o país teve um semestre ruim na economia e afirma que o cenário internacional não é um fator que ajuda. Segundo o subsecretário, entre as medidas que devem trazer efeito positivo para a economia estão a liberação de saques do FGTS, a reforma da Previdência, o acordo comercial entre Mercosul e União Européia, o programa de barateamento do gás natural, a revisão de normas trabalhistas e o andamento das privatizações.

"São medidas estruturais que têm impacto de promover crescimento sustentável", disse.

Na área da saúde, o governo afirma que adotou um conjunto de ações para fortalecer a atenção primaria, área que, afirma, não vinha recebendo o cuidado devido nos últimos anos, vide a queda das taxas de vacinação e aumento taxas de diabetes e hipertensão.

A pasta afirma que implementou medidas como o lançamento do programa Médicos pelo Brasil em substituição ao Mais Médicos e o programa Saúde na Hora, que oferece incentivo financeiro p ara Unidades de Saúde da Família que implementarem novas equipes e ampliarem horário de atendimento à população.

O ministério diz ainda que implementou o reajuste do piso salarial dos agentes comunitários de saúde que prevê, em 2019, o repasse de R\$ 5 bilhões do Ministério da Saúde para custear as atividades desses profissionais. O reajuste foi aprovado durante o governo Michel Temer.

Na área ambiental, o ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente) reconhece que há aumento no desmatamento, mas vem questionando dados e afirma que pretende mudar o monitoramento de florestas.

Recentemente, após divergências com o posicionamento do governo, o diretor do Inpe (Instituto Nacional



 $\rightarrow$ 

de Pesquisas Espaciais), Ricardo Galvão, foi demitido.

Em nota, o MEC defende que as mudanças de equipe não tiveram impacto no andamento da pasta.

Na educação básica, alçado como prioridade, o MEC afirma que intensificou a cooperação com representantes das secretarias municipais e estaduais de educação como forma de impulsionar a etapa e tornar o Brasil referência na América Latina até 2030.

Entre as propostas estão, segundo o MEC, a revitalização de programas de educação integral no ensino fundamental e médio, apoio a implementação de escolas cívico-militares e apoio técnico para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (que define o que os alunos devem aprender).

O governo ainda afirma que mantém diálogo com as universidades federais para resolver casos pontuais, indicando que pode descontingenciar recursos. A pasta reforça que apresentou, em julho, o Future-se, programa que "tem como objetivo modernizar as instituições federais de ensino".

# **GUIA DE CONCURSOS** » **Quer estudar no ITA?**

O instituto busca 120 jovens interessados em cursar engenharia. Os aprovados poderão optar por seguir ou não a carreira militar. Professores de exatas dão dicas

Diego Veiga\*

O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), referência nacional em formação de engenheiros, está com inscrições abertas para o vestibular e acesso ao Quadro de Oficiais Engenheiros da Ativa e da Reserva da Aeronáutica. A instituição oferece 120 vagas, das quais 25 são destinadas exclusivamente a quem quer seguir carreira militar. Entre as chances para quem quer trabalhar na Força Aérea, 20 são para ampla concorrência e cinco são reservadas para candidatos autodeclarados negros. Já entre as 95 oportunidades para quem deseja apenas cursar faculdade no ITA, 76 são para o sistema universidade e 19 são para cotas para negros. Podem se inscrever candidatos que tenham concluído ou estejam concluindo o ensino médio em 2019 e tenham até 24 anos em 31 de dezembro de 2019.

Os aprovados poderão estudar engenharias aeroespacial, aeronáutica, civil-aeronáutica, de computação, eletrônica e mecânica-aeronáutica. O vestibular é considerado um dos mais difíceis do

Brasil. Por isso, dedicação e muito estudo são indispensáveis para conseguir resolver as questões. Na primeira fase, o teste será composto por 70 questões de múltipla escolha, divididas em 15 de matemática, 15 de física, 15 de química, 15 de português e 10 de inglês. Na segunda fase, serão aplicadas provas dissertativas de matemática, física e química, com 10 questões de cada matéria, e uma redação de até 28 linhas. Os candidatos também serão submetidos a uma prova de resistência física.

Candidatos do sexo masculino deverão fazer uma corrida livre de 2.100 metros em até 12 minutos, 30 repetições de abdominal e 19 repetições de flexão de braços sobre o solo. Já as candidatas do sexo feminino deverão fazer uma corrida livre de 1.850 metros em até 12 minutos, 27 repetições de abdominal e 10 flexões de braços sobre o solo. Os aprovados estudarão no ITA, em São José dos Campos. Diego Villela, 19 anos, terminou o ensino médio em 2018 e faz cursinho de olho na seleção do ITA. Ele dedica as tardes, inclusive as do fim de semana, exclusivamente para estudar. "Dedico de três a quatro horas por dia a isso, mas sempre tento tirar o domingo para descansar", explica. "Sempre tento estudar o maior tempo possível sem descanso. Pego uma matéria e faço bastante exercício. Consigo fazer uma quantidade boa, acho que pelo fato de esta ser a

segunda vez que tento o ITA", comenta. De olho no teste físico, Diego faz futebol e exercícios aeróbicos.

#### Dicas específicas

Para o professor de matemática do Direção Concursos Arthur Lima, a disciplina exige do candidato bastante esforço e atenção. "O nível de exigência é muito alto, mais que qualquer avaliação de exatas das escolas de ensino médio, por melhor que sejam. Tem pontos específicos que apenas cursinhos especializados ensinam", comenta. Arthur se formou em engenharia aeronáutica pelo próprio ITA em 2005 e diz que o estilo dos exames não costuma mudar de ano para ano. Por isso, estudar por meio de exames anteriores é uma boa estratégia. "Resolver problemas antigos é fundamental", destaca. "Simular o tempo de prova também é importante. O ideal é reservar um minuto para cada item para ter resolução total da prova. Então, recomendo cronometrar o tempo na hora de estudar para não ficar apertado com o horário", afirma.

Outra parte que tem muito peso na prova é física. O professor Massaki de Oliveira, do Curso Cidade, é formado em engenharia elétrica pelo ITA. Ele destaca que alguns assuntos que podem aparecer no vestibular na parte de física são considerados por muitos os mais fáceis e, consequentemente, os



 $\rightarrow$ 

estudantes costumam dar menos atenção a eles. É aí que mora o perigo. "Noções sobre medidas físicas, conceito de força e leis fundamentais da mecânica são assuntos que caem com frequência na prova", comenta.

"O candidato deve ter um conhecimento amplo dos conteúdos que, em geral, são os mesmo a cada ano. Devido à variedade de abordagens, porém, a prova acaba se tornando imprevisível. O aluno deve ter habilidade de resolver as questões com rapidez", ressalta. "O conteúdo é repetitivo, mas a forma que é cobrado não é. O interessante é fazer avaliações antigas para observar o perfil da banca e saber como o ITA aborda cada tema", diz. "A agilidade em responder os itens da avaliação só é criada por meio da prática de exercícios. O ideal é fazer muitos", afirma.

A professora de química do Pódion Kellem Santos é formada em engenharia da computação pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e deixa uma orientação com relação a material de estudo. Segundo ela, a melhor saída é estudar por obras didáticas mais avançadas do que as usualmente adotadas no ensino médio. "Livros usados em cursos de graduação em ciências exatas nas universidades podem ajudar muito na aprendizagem de resoluções químicas avançadas", observa.

Segundo Kellem, é muito comum que candidatos tenham mau desempenho na prova por puro nervosismo. "A dica que eu dou sempre para meus alunos é fingir que é apenas um simulado qualquer. Além disso, é preciso confiar na preparação que fizeram durante o ano. Assim, terão êxito", defende.

#### O que diz o edital

Vestibular do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)

Inscrições: até 15 de setembro no site www.vestibular.ita.br

Nível: ensino médio

Taxa: R\$ 140

Salário: R\$ 1.044 no primeiro e no segundo anos de curso; no terceiro, no quarto e no quinto anos de curso, os que optaram pela carreira militar ocuparão o cargo de aspirante a oficial, com remuneração de R\$ 6.993 e, depois de concluir o curso, o aspirante se torna primeirotenente com salário de R\$ 8.245.

Provas: 1º de dezembro (primeira fase, com duração de cinco horas, das 9h às 14h); 12 e 13 de dezembro (com duração de quatro horas cada dia, das 9h às 13h); 12 de janeiro de 2019 (teste físico)

Locais: Brasília, Goiânia, Belém, Belo Horizonte, Campinas, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Juiz de Fora, Londrina, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Salvador, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Paulo, Teresina e Vitória.

# Por que o GDF acerta ao fazer a gestão compartilhada em escolas públicas



Pais e alunos aprovam a presença das forças de segurança nas unidades de ensino e projeto iniciado em fevereiro começa a ser ampliado

MANOELA ALCÂNTARA manoela.alcantara@metropoles.com

Os próximos dias serão decisivos para a qualidade do ensino de 5 mil estudantes de escolas públicas do Distrito Federal. No próximo sábado (17/08/2019), as comunidades de cinco instituições vão decidir se adotam ou não modelo de gestão compartilhada com a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Secretaria de Segurança Pública.

Por meio de votação realizada por professores, alunos, pais e orientadores, será decidido se a rotina desses jovens passa a ter as mesmas regras das quatro escolas que já adotaram o projeto-piloto. Desde fevereiro deste ano, essas unidades colhem resultados positivos, como a melhoria da segurança, da disciplina e do ambiente de trabalho, segundo pesquisas para aferir a percepção de quem vive esse realidade.

Na noite de sábado (10/08/2019), a primeira das seis novas escolhidas pelo GDF para dar continuidade ao programa optou pela gestão compartilhada. O Centro de Ensino Fundamental (CED) Condomínio Estância III, em Planaltina, disse sim à mudança, com 59,69% dos votos a favor.

No próximo sábado, será a vez de docentes, responsáveis e alunos

do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 01 do Itapoã, do CEF 19 de Taguatinga, do CEF 407 de Samambaia, do Gisno, na Asa Norte, e do CEF 01 do Núcleo Bandeirante decidirem se vão adotar a iniciativa.

De acordo com o secretário de Educação do DF, Rafael Parente, a ampliação do programa ocorre devido aos resultados positivos e à vontade de melhorar o ensino. "É um programa que nos auxilia, de diversas formas, a oferecer educação de excelência para todos. Ninguém aprende com medo. Não podemos tolerar qualquer tipo de violência dentro das escolas", ressaltou.

Com a anuência ao projeto, as unidades recebem a ajuda de 20 a 25 militares. Há ainda a necessidade de se adequar aos padrões previstos de uniforme, corte de cabelo e aparência. As orças de segurança não serão responsáveis por todas as aulas, como ocorre no Colégio Militar de Brasília. A parte pedagógica na rede pública de ensino continua sob responsabilidade de professores, diretores e orientadores.

A PM cuida da parte burocrática e da segurança, como o controle da entrada e de saída dos alunos, filas, monitoramento de pátios e corredores. Os militares trabalham ainda conceitos de ética, cidadania e segurança.





Para que as escolas participassem do processo, foram usados critérios estatísticos, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o Índice de Desenvolvimento Humano (medido com base em indicadores de saúde, educação e renda), e o mapa da violência na região onde fica a escola.

#### Opinião da comunidade

O primeiro semestre de 2019 foi a prova de fogo do GDF para demonstrar que o modelo inédito e bandeira da atual gestão valeria a pena. O Metrópoles visitou escolas que já adotaram a gestão compartilhada e outras que ainda têm a esperança de serem contempladas.

Os pais acreditam que a melhoria da disciplina, da segurança, da assiduidade e do comportamento se reflete diretamente no desempenho dos estudantes, assim como ocorre no Colégio Militar de Brasília e no Colégio Militar Dom Pedro II. Ambas são as escolas públicas do DF que mais aprovam calouros na Universidade de Brasília (UnB).

Em Planaltina, por exemplo, a cozinheira Ana Cleide Almeida, 37 anos, foi com seu filho, Carlos Vitor Costa Silva, 12, participar da votação no CED Estância III, no sábado (10/08/2019). Ela é a favor do modelo de gestão compartilhada. A maior motivação é ter mais disciplina e segurança dentro da escola. "Um dia meu filho levou um soco na cara e o diretor não viu. Onde a diretoria não puder atuar, os policiais estarão ali", acredita.

#### Pesquisa

Pesquisa realizada pela Secretaria de Segurança Pública para aferir a receptividade da medida aponta que a maioria dos entrevistados aprovam a gestão compartilhada. Segundo o balanço, divulgado em junho deste ano, quase 90% dos estudantes avaliaram o ambiente escolar com a presença dos militares como seguro (53,3%) ou muito seguro (36,5%). Nesse mesmo quesito, 88,8% dos professores e 98,8% dos servidores têm a mesma impressão.

De acordo com balanço da Secretaria de Educação, 55,21% dos professores entrevistados acreditam que o novo modelo "tornou as escolas um lugar melhor para se trabalhar", e 75,6% dos educadores querem que os militares permaneçam.

Por que adotar?

Especialistas, pais e alunos ouvidos pelo Metrópoles apontaram ao menos cinco pontos que tornam a adoção do modelo de gestão compartilhada vantajoso.

#### Confira:

Aumento da aprendizagem: com mais disciplina, o tempo efetivo de aula aumenta. Os professores deixam de gastar tempo chamando a atenção ou "controlando" a turma para ministrarem conteúdo. Com maior tempo efetivo de aula, é possível debater os temas e testar os conhecimentos dos estudantes.

Mais segurança: pais, alunos e professores passam a sentir mais segurança no ambiente com policiais. A parceria com o Batalhão Escolar já existia, mas a gestão compartilhada aumentou a sensação de paz para aprender. De acordo com pesquisa da Secretaria de Segurança Pública, 90% de professores e alunos acreditam que a mudança no modelo tornou as instituições mais seguras. Sem brigas dentro das instituições e com a redução do tráfico de drogas dentro e nas imediações, os esforços são voltados ao aprendizado.

Melhoria da disciplina: a exigência de uniforme e horários rígidos para entrar e sair muda a rotina dos estudantes. Eles obtêm resultados melhores devido à otimização na qualidade do tempo de aprendizado. Os resultados das quatro escolaspiloto mostram que 75% dos professores querem que o programa continue.

Respeito à democracia: só adotam o novo modelo as escolas que passam por votação. É uma escolha da comunidade, não de um grupo específico. Assim, fica garantido o lugar de fala dos mais diversos entes participativos. A integração da escola com os pais é essencial para as residências sejam um ambiente de continuidade do aprendizado.

Mudança no ambiente escolar: a limpeza e a reforma das escolas leva aos estudantes a sensação de organização e de qualidade, o que aumenta a autoestima dos alunos das escolas públicas. A vontade de ir às aulas é um dos fatores de redução da distorção idade/série, quando um estudante está com idade acima do





ano que deveria cursar.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de alunos com idade acima do recomendado para a série de ensino na rede pública é quatro vezes maior em relação às escolas privadas no Brasil.

#### Cartilhas explicativas

A ampliação da gestão compartilhada, primeiramente aplicada no Centro Educacional (CED) 1 da Estrutural; no CED 308 do Recanto das Emas; no CED 7 de Ceilândia; e no CED 3 de Sobradinho, tem sido motivo de discussão nas novas seis escolas escolhidas para adotar o modelo.

Antes das votações, são feitas discussões dentro das escolas e, posteriormente, realizadas assembleias para debater o assunto. Uma das ocasiões mais polêmicas até o momento foi a que ocorreu no Colégio Gisno, localizado na 907 Norte. Na voltas às aulas neste segundo semestre, em 29 de julho, o diretor da unidade autorizou reunião de integrantes do Sindicato dos Professores (Sinpro) com alunos durante o horário letivo.

Os estudantes teriam perdido tempo de aula para fazer as discussões, que visavam desconstruir o modelo. A medida não agradou a Secretaria de Educação. Foi percebido ainda um movimento de informações desencontradas sobre o projeto. Por isso, a pasta elaborou uma cartilha com o título: Verdades e Mentiras Sobre a Gestão Compartilhadas nas Escolas. O documento começou a ser distribuído neste sábado (10/08/2019).

Na parte das "verdades", é apresentado aos leitores que a individualidade dos alunos é mantida, mesmo com a mudança nas regras disciplinares. Na exposição do título "mentiras" é desconstruída a visão de que a Polícia Militar age com truculência. "Pelo contrário, nas quatro escolas onde o projeto foi implementado, pais, estudantes e professores convivem em total harmonia", diz o folder.

#### PM na escola

Desde 11 de fevereiro, quando começou o ano letivo, a PM passou a atuar diariamente em quatro unidades de ensino. Conforme noticiado pelo Metrópoles, pouco

menos de um mês após a implementação da novidade, a comunidade escolar já sentia os efeitos e elogiava as mudanças.

Em fevereiro, a Promotoria de Educação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) se manifestou pela legalidade do projeto-piloto de gestão compartilhada entre a Polícia Militar e a Secretaria de Educação.

#### Expansão do projeto

Desde que o início da gestão compartilhada foi anunciado, o governo recebeu várias solicitações de unidades públicas para que fossem beneficiadas com a medida.

Contudo, o pedido das instituições de ensino para conhecer o modelo e debater com a comunidade escolar não é uma garantia de que elas serão escolhidas para participar do projeto. Segundo a Secretaria de Educação, um estudo identificou 175 colégios com os piores desempenhos da rede. As novas seis beneficiadas, portanto, estão entre as chamadas escolas prioritárias.

# Diretoria que cuida do Enem está sem chefe desde maio

Sob a gestão Bolsonaro, divisão já teve quatro diretores; falta de comando prejudica ações, relatam funcionários

A Daeb (Diretoria de Avaliação da Educação Básica), responsável por exames como o Enem, está sem titular desde maio. Sob o governo Bolsonaro, a chefia da divisão está há mais tempo vaga do que ocupada, após a passagem de quatro diretores.

Servidores relatam que a falta de comando da Daeb, subordinada ao Inep, tem causado transtornos. Não há definição, por ora, da empresa que aplicará o Saeb, avaliação federal da educação básica agendada para outubro e novembro. Em nota, o Inep afirma que estuda nomes para o cargo e que todas as ações e programas estão dentro do cronograma. O instituto diz ainda que trabalha para não haver prejuízo aos estudantes ou comprometimento nos exames. Cotidiano B1

# Empreendedoras estudam mais para ganhar 22% menos, aponta Sebrae

Marina Estarque

Brasileiras abrem negócios tanto quanto os homens, mas ganham 22% menos e suas empresas fecham mais rápido. Os dados são do relatório do Sebrae sobre empreendedorismo feminino, apresentado nesta quinta (8), em evento em São Paulo.

Segundo o estudo, mulheres são cerca da metade dos empreendedores iniciais (com negócios de até 3,5 anos). Elas correspondem a 49% ou 11,9 milhões de empreendedores nesta etapa. Já entre os estabelecidos, cujos negócios estão consolidados, elas representam 43%.

As empreendedoras, apesar de serem mais escolarizadas, ganham 22% menos que os homens, com rendimento mensal médio de R\$ 1.831.

Para a coordenadora nacional de empreendedorismo feminino do Sebrae, Renata Malheiros, um motivo que ajuda a explicar essa diferença é a maternidade e o papel da mulher na família.

"As mulheres dedicam 18% menos horas ao negócio do que os homens. Isso porque cuidam da

família e das tarefas domésticas, é uma questão cultural. Isso toma muita energia e tempo delas."

As empreendedoras dedicam em média 30,8 horas por semana ao seu negócio —para homens, esse tempo sobe para 37,5 horas. Ao mesmo tempo, 79% das empregadoras também fazem trabalho doméstico.

"Precisamos olhar a sobrevivência dessas empresas, porque a maioria dos negócios que fecham [no estado de SP] é de mulheres. Então, essa coisa de dizer que está tudo certo, 'agora é a vez delas', não é assim', disse Junia Nogueira, da Rede Mulher Empreendedora.

Outra diferença é que aparcela de negócios por necessidade é maior entre as mulheres —44%, contra 32% para homens. Isso significa que elas empreendem para fugir do desemprego ou porque não têm alternativa de renda, segundo Malheiros.

"Nesses casos, a pessoa não se planeja, é precário. Já o empreendedorismo de oportunidade, a pessoa vê uma chance de negócio, busca informação, se prepara. Esse é o empreendedorismo que precisa subir no Brasil."

De acordo Malheiros, as empresas costumam empurrar as mulheres para o empreendedorismo, porque muitas são demitidas após a maternidade ou buscam horários mais flexíveis para conciliar com a família.

A coordenadora do Sebrae destaca ainda outros fatores que podem pesar para o sucesso das empresas lideradas por mulheres, como a confiança e as barreiras culturais.

"As crenças limitantes são aquelas coisas que colocam na nossa cabeça ainda na infância, de que certas áreas não são para a mulher. Isso influencia as nossas escolhas e trajetórias." Ela cita a ideia de que as mulheres seriam piores em matemática.

"É muito comum ver empreendedoras que delegam o setor financeiro da sua empresa para o marido ou para um contador. E o financeiro é o coração da empresa."

Malheiros afirma que mulheres empreendedoras tendem a ser menos confiantes do que homens nas mesmas posições. Apesar deterem conhecimento técnico por serem mais escolarizadas, elas precisam melhorar as competências socioemocionais, defende Malheiros.





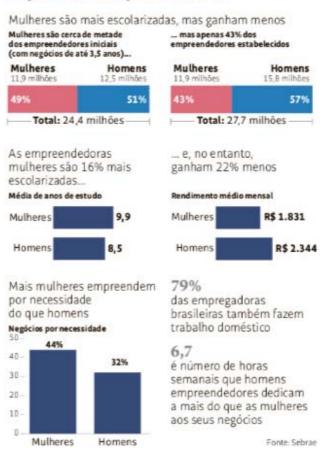
"Nós mulheres temos muito a avançar nas softskills, como a capacidade de falar em público, fazer networking, defender uma ideia. É contraintuitivo, porque as as mulheres são vistas como mais empáticas. Sim, elas em geral são, mas essa não é uma competência muito valorizadano mercado de trabalho".

Ela cita dificuldades para participar de encontros sociais relacionados ao trabalho. "Quantas vezes eu já ouvi colegas perguntarem: 'você vai no happy hour depois do trabalho? Eu não queria ser a única mulher lá'. Por que isso é um problema?"

Um bar ou um almoço podem ser impedidos por certos estereótipos, afirma ela. "Coisas simples como tomar uma cerveja depois do trabalho são barradas porque a mulher tem um marido ciumento ou um filho pequeno esperando em casa. Ou ela tem medo de convidar um colega homem e ele achar que ela está paquerando", conta.

A desvantagem também aparece no acesso ao crédito. Apesar dos índices de inadimplência mais baixos, as empreendedoras recebem empréstimos com valor médio de cerca de R\$ 13 mil a menos, e com juros mais altos, de 3,5 pontos percentuais.

#### Disparidades no empreendedorismo



### Diretoria que cuida do Enem fica quase cinco meses sem titular sob Bolsonaro

De 1 de janeiro a 9 de agosto, cargo-chave no Inep teve 4 ocupantes e passou 140 de 221 dias vago

Paulo Saldaña

Brasília-A diretoria responsável por avaliações da educação básica, como o Enem, está sem titular desde maio. O cargo, considerado um dos mais importantes do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), ficou mais tempo vago do que ocupado sob o governo Jair Bolsonaro (PSL).

Servidores relataram à Folha. sob condição de anonimato, que a vacância no comando da Daeb (Diretoria de Avaliação da Educação Básica) tem comprometido o andamento de acões desestimulado a equipe.

Desde o início o início do ano, passaram pela Daeb quatro diretores. Até esta sexta (9), o cargo esteve vago por 140 dias e ocupado nos outros 81.

Luana Bergmann ocupava a diretoria na gestão Michel Temer (MDB) e ficou no órgão até 14 de janeiro. Dois dias depois, assumiu Murilo Resende, aluno do escritor Olavo de Carvalho. Ele permaneceu dois dias e foi exonerado após repercussão de sua falta de experiência na área e do critério ideológico da escolha.

Somente em 14 de fevereiro foi anunciado o novo nome, do professor Paulo Teixeira, que pediu demissão no mês seguinte, em 27 de março. Teixeira saiu em consideração a Marcus Vinicius Rodrigues, demitido da presidência do Inep pelo ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

O substituto e última pessoa a ocupar o cargo, Francisco Garonce, só foi nomeado em 26 de abril.

Ex-coordenador de Educação para o Trânsito do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Garonce esteve menos de um mês no cargo. Foi desligado no dia 21 de maio, após uma falha no protocolo de segurança do Encceja, prova para certificação de jovens e adultos.

Outras duas diretorias do Inep estão sem chefe: a de Avaliação do Ensino Superior e de Estudos Educacionais. Os três cargos têm sido ocupados por substitutos eventuais, que acumulam funções.

O entra e sai reflete a inexperiência em educação e avaliação educacional dos escolhidos para comandar o instituto, segundo servidores.

Também pesou a queda de braço, dentro do Ministério da Educação, entre a ala ideológica do governo inspirada por Olavo de Carvalho e técnica, composta de exintegrantes do Centro Paula Souza, instituição de ensino técnico, aliados aos militares.

A própria presidência do Inep foi palco de dança de cadeiras neste ano. O atual presidente, Alexandre Ribeiro Pereira Lopes, é o terceiro no cargo (sem contar Maria Inês Fini, titular no governo Temer que esperou a definição de substituto). Passou pelo posto, além de Marcos Vinícius Rodrigues, o delegado Elmer Vicenzi.

Um dos reflexos da vacância é que, até agora, não há a definição da empresa que vai fazer a aplicação do Saeb, a avaliação federal da educação básica agendada para outubro e novembro. Em 2017, quando ocorreu a última edição do Saeb, o contrato com a empresa foi assinado em maio.

O edital para a escolha dessa empresa, estimado em R\$ 245 milhões, está em fase final.





O processo licitatório está em prazo para possíveis recursos. O Inep espera que o contrato seja assinado este mês.

As provas do Saeb compõem o Ideb (índice de Desenvolvimento da Educação Básica), além de prever neste ano avaliações na educação infantil e uma prova amostrai de alfabetização. Está prevista a participação de 6,8 milhões de alunos em todo país.

Segundo servidores ouvidos pela reportagem, o atraso na definição da empresa compromete processo de montagem das equipes, capacitação dos aplicadores, entre outros pontos —ainda que as equipes do Inep já tenham experiências anteriores. Funcionários temem problemas decorrentes de improvisações.

A contratação da gráfica que vai imprimir o Saeb e o Enem já foi efetivada, em maio, embora isso também tenha ocorrido depois do que previa o cronograma inicial.

As trocas de nomes têm ocorrido com barulho. Rodrigues foi demitido

pelo ex-ministro Ricardo Vélez em meio à polêmica envolvendo o cancelamento da avaliação de alfabetização, e que depois foi retomada (por amostra).

Já Vicenzi chegou na gestão do ministro Abraham Weintraub, iniciada em abril, e saiu após uma disputa sobre a transparência de dados individuais dos alunos.

O Inep afirmou em nota que todas as ações e programas estão dentro dos cronogramas e que o corpo técnico do instituto "trabalha para que não ocorra prejuízo aos estudantes ou qualquer comprometimento nos exames".

Em nota, o instituto afirma que avalia nomes para ocupar os cargos hoje vagos.

"A Diretoria de Avaliação da Educação Básica, como em toda a autarquia, segue o curso com normalidade, sob condução de um diretor substituto nomeado e da equipe técnica de servidores qualificados com experiência de anos nas avaliações do Inep."

# UFRJ rejeita projeto do MEC para captar verba privada

Instituição vê lacunas sobre como será fundo de patrimônio e uso de organizações sociais (OSs) previsto no projeto

Fabio Grellet

A Universidade Federal do Rio (UFRJ) anunciou que não pretende aderir ao programa Future- se projeto lançado pelo Ministério da Educação (MEC) em 17 de julho -, nos termos em que a proposta foi apresentada até agora. O Conselho Universitário, órgão máximo da UFRJ, tomou a decisão anteontem. Sob a alegação de dar mais autonomia financeira universidades e institutos federais, o programa prevê que organizações sociais (OSs) passem a participar do gerenciamento de recursos dessas unidades. Criadas em 1998, as OSs são entidades privadas sem fins lucrativos que podem atuar em áreas como educação, saúde e cultura. O Future-se também se propõe a estimular que as instituições captem recursos próprios para auxiliar na manutenção.

Em texto crítico ao programa, a UFRJ afirma que a ingerência das OSs poderia reduzir a autonomia universitária. A instituição também criticou a forma de financiamento proposta, que prevê o chamado Fundo do Conhecimento, que terá capital privado. Além do investimento direto em cada instituição (o que hoje já ocorre), esse fundo teria recursos redistribuídos às universidades. De acordo com a UFRJ, "não há clareza sobre a composição do patrimônio que serviria de aporte inicial" e não se discutiu "o tempo de maturação de um fundo desse tipo". O projeto está em consulta pública de 17 de julho até 15 de agosto. Segundo o MEC, só após esse prazo, acrescido de eventuais sugestões e mudanças propostas pelo público, a proposição será formalizada e apresentada ao Congresso.

Governo. Procurado, o MEC afirmou que "está propondo a modernização das universidades e criando condições para que elas possam se concentrar em suas finalidades, ou seja, ensino, pesquisa e extensão". Conforme o MEC, não se trata de privatizar o ensino público, mas de criar nova forma de financiá-lo. O governo descarta a cobrança de mensalidades. Por enquanto, segundo a pasta, a UFRJ foi a única instituição federal a se manifestar sobre a iniciativa, em nota. Na apresentação do Future-se, o ministro Abraham Weintraub chegou

a afirmar que o programa vai "permitir separar o joio do trigo".

O Confies (conselho que reúne as fundações de apoio às universidades federais) apresentou ao MEC esta semana proposta alternativa ao projeto de lei do governo. Dentre as mudanças sugeridas está a garantia de concurso público para a seleção de pessoal - em entrevista, Weintraub disse que o Futurese permitiria contratar professores universitários via CLT por meio das OSs. Outra alteração sugerida pelo grupo é excluir do projeto original a penalização de universidades que aderirem ao programa, mas não atenderem a todos os requisitos do governo, como adotar as diretrizes de governança indicadas pelo MEC. O Confies quer também que as instituições possam optar por continuar usando as próprias fundações de apoio, no lugar de contratar OSs./COLABOROU I.P.

#### Universidades

R\$ 6,25 bi

Foi o orçamento inicial previsto para o custeio das federais este ano, mas 30% foram bloqueados.

......

### Bolsonaro nomeia reitor menos votado pela 3ª vez

De 8 nomeações possíveis, em 4 oportunidades presidente escolheu primeiro de lista tríplice, o que era uma tradição desde o governo Lula

#### Isabela Palhares

O presidente Jair Bolsonaro nomeou o terceiro nome da lista tríplice, o professor Janir Alves Soares, como novo reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). É a terceira nomeação de reitor feita pelo presidente que não acata a decisão da maioria da comunidade universitária. Ele já havia nomeado o segundo e terceiro colocados, respectivamente, para as federais do Triângulo Mineiro (UFTM) e do Recôncavo da Bahia (UFRB). Apesar de a escolha do reitor ser prerrogativa do presidente, a nomeação de candidato menos votado rompe uma tradição que se mantinha desde 2003, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Procurado, o governo Bolsonaro não informou quais critérios foram adotados para a escolha desses três nomes.

A chapa de Soares recebeu apenas 5,2% dos votos válidos dos professores, funcionários e alunos da UFVJM. O atual reitor, Gilciano Nogueira, ficou em primeiro lugar e se disse surpreso com a escolha do



Escolhido. Chapa de Soares recebeu 5,2% dos votos de professores, funcionários e alunos

governo federal. "Em todas as reuniões e exposições públicas, o ministro vem dizendo que vai escolher os reitores pela capacidade de gestão e ausência de atuação ou identificação partidária. Eu consegui zerar as dívidas da universidade, equilibrei as contas, retomei obras paradas em meio à crise financeira que atinge todo o sistema federal. E isso foi reconhecido pela comunidade acadêmica", ressaltou. Ele acredita que a decisão tenha influência política, uma vez que, quando reitor, recebeu a caravana do ex-presidente Lula, que foi quem criou a instituição.

"Respeito a decisão e confio na capacidade de gestão do professor que foi nomeado, mas lamento que a decisão e autonomia da universidade não estejam sendo respeitadas", afirmou Nogueira.

Soares é professor de Odontologia e já ocupou cargos de direção na UFVJM. O Estado tentou contato com Soares, mas não o localizou. Essa foi a oitava nomeação de reitor feita por Bolsonaro. Além dos três casos em que o indicado não foi o mais votado, o governo federal questionou a eleição e não aceitou a lista tríplice da Universidade Federal Grande Dourados (UFGD). Uma reitora interina foi nomeada.

Nos outros casos, como o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a maior do País, se indicou a mais votada. Peso do voto. Os questionamentos feitos pelo governo Bolsonaro ao processo de eleição das universidades ocorre após a gestão Michel Temer ter editado um documento em que diz ser ilegais as consultas internas para





escolha de reitor nas quais o peso do voto dos professores é menor do que 70%. A posição contraria a prática da maioria das universidades, que adotam processos de escolha nos quais o voto de cada categoria tem o mesmo peso, um terço do total. Em nota, o MEC reiterou ontem que as nomeações são "atribuição discricionária do presidente". Apenas neste ano, o governo Bolsonaro deverá escolher os reitores de outras três universidades federais – são 63, no total.Bolsonaro nomeia reitor menos votado pela 3ª vez

De 8 nomeações possíveis, em 4 oportunidades presidente escolheu primeiro de lista tríplice, o que era uma tradição desde o governo Lula

#### Isabela Palhares

O presidente Jair Bolsonaro nomeou o terceiro nome da lista tríplice, o professor Janir Alves Soares, como novo reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). É a terceira nomeação de reitor feita pelo presidente que não acata a decisão da maioria da comunidade universitária. Ele já havia nomeado o segundo e terceiro colocados, respectivamente, para as federais do Triângulo Mineiro (UFTM) e do Recôncavo da Bahia (UFRB). Apesar de a escolha do reitor ser

prerrogativa do presidente, a nomeação de candidato menos votado rompe uma tradição que se mantinha desde 2003, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Procurado, o governo Bolsonaro não informou quais critérios foram adotados para a escolha desses três nomes.

A chapa de Soares recebeu apenas 5,2% dos votos válidos dos professores, funcionários e alunos da UFVJM. O atual reitor, Gilciano Nogueira, ficou em primeiro lugar e se disse surpreso com a escolha do governo federal. "Em todas as reuniões e exposições públicas, o ministro vem dizendo que vai escolher os reitores pela capacidade de gestão e ausência de atuação ou identificação partidária. Eu consegui zerar as dívidas da universidade, equilibrei as contas, retomei obras paradas em meio à crise financeira que atinge todo o sistema federal. E isso foi reconhecido pela comunidade acadêmica", ressaltou. Ele acredita que a decisão tenha influência política, uma vez que, quando reitor, recebeu a caravana do ex-presidente Lula, que foi quem criou a instituição.

"Respeito a decisão e confio na capacidade de gestão do professor que foi nomeado, mas lamento que a decisão e autonomia da universidade não estejam sendo respeitadas", afirmou Nogueira. Soares é professor de Odontologia e já ocupou cargos de direção na UFVJM. O Estado tentou contato com Soares, mas não o localizou. Essa foi a oitava nomeação de reitor feita por Bolsonaro. Além dos três casos em que o indicado não foi o mais votado, o governo federal questionou a eleição e não aceitou a lista tríplice da Universidade Federal Grande Dourados (UFGD). Uma reitora interina foi nomeada.

Nos outros casos, como o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a maior do País, se indicou a mais votada. Peso do voto. Os questionamentos feitos pelo governo Bolsonaro ao processo de eleição das universidades ocorre após a gestão Michel Temer ter editado um documento em que diz ser ilegais as consultas internas para escolha de reitor nas quais o peso do voto dos professores é menor do que 70%. A posição contraria a prática da maioria das universidades, que adotam processos de escolha nos quais o voto de cada categoria tem o mesmo peso, um terço do total. Em nota, o MEC reiterou ontem que as nomeações são "atribuição discricionária do presidente". Apenas neste ano, o governo Bolsonaro deverá escolher os reitores de outras três universidades federais – são 63, no total.

### **SOCIEDADE** »

## Vestibular trans na Justiça

» LORENA PACHECO



Estudantes protestam no câmpus da Unilab: ação civil pública visa restabelecer medida favorável a grupo LGBT

Uma ação civil pública foi protocolada, ontem, contra o cancelamento do primeiro vestibular específico para transgêneros e intersexuais promovido pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). A medida foi proposta pelo advogado Paulo Iotti, um dos autores da ação que criminalizou a homofobia no Brasil, na 8ª Vara da Justiça Federal do Ceará. Ele representa o Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual

e de Gênero (GADVS); a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros; e a Articulação Nacional das Transgêneros (Antra).

O vestibular para transgêneros foi cancelado após o presidente Jair Bolsonaro questionar a medida, adotada pela Unilab como forma de apoiar a população LGBT. Em 16 de julho, por meio das redes sociais, Bolsonaro anunciou que a universidade suspenderia o processo seletivo, lançado uma semana antes, com a oferta de 120 vagas em cursos de graduação presencial nos câmpus do Ceará e da Bahia.

"A Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Federal) lançou vestibular para candidatos transexuais, travestis, intersexuais e pessoas não binárias. Com intervenção do MEC, a reitoria se posicionou pela suspensão imediata do edital e sua anulação a posteriori", tuitou o presidente, sem dar mais detalhes.

Dois dias após essa declaração, em cerimônia sobre os 200 dias de governo, Bolsonaro afirmou ainda: "Botamos um ponto final nessa questão, até porque o vestibular seria baseado em um decreto de 2012, o ministro, os senhores sabem quem era (em referência ao petista Fernando Haddad), naquela época. E esse trabalho que a gente faz buscando corrigir as coisas, dar um norte. Não posso ter um ministro falando favoravelmente ao desarmamento se a minha linha não é essa".

Desde 17 de julho, o câmpus da Unilab vinha sendo ocupado por estudantes e pessoas contrárias ao cancelamento do vestibular. Segundo nota da Unilab, a ocupação foi suspensa ontem e as atividades devem ser retomadas na segundafeira.

Além da ação protocolada ontem, a Defensoria Pública da União (DPU) recomendou à Unilab que promova medidas para "restabelecer o edital do vestibular". A DPU solicitou ainda que a instituição se abstenha de promover qualquer medida que vise punir os estudantes que participaram dos protestos.

Com informações da Agência Brasil